

Ata aprovada em reunião do CBH-Caratinga, realizada no dia 03/12/2019.

No dia 11 de julho de 2019, às 08h30, teve início a Reunião Ordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Caratinga (CBH-Caratinga), realizada no auditório do CREA, localizado na Rua João Pinheiro, 241, Centro – Caratinga. Dando início aos trabalhos, a presidente do CBH-Caratinga, Sra. Nádia Rocha, cumprimentou os conselheiros presentes e, na oportunidade, questionou se todos haviam recebido a documentação complementar encaminhada junto à convocatória. Na sequência, apresentou o Sr. Tiago Alves, secretário do comitê, que dará o suporte na condução das atividades e destacou que o objetivo é finalizar os trabalhos até o horário do almoço, pois não se trata de uma pauta extensa. Ato contínuo, considerando a existência de quórum deliberativo, foi dado início às discussões, sendo que, neste momento, a Sra. Nádia requereu a inserção de um ponto de pauta para tratar da realização da Expedição do Rio Caratinga, pleito consentido pelos conselheiros presentes. Prossequindo, foi passada à aprovação da ata da reunião anterior, realizada no dia 27 de fevereiro, sendo que, na oportunidade, o documento foi aprovado de forma unânime, sem a necessidade de alterações. Na sequência, a Sra. Nádia Rocha explicou brevemente aos membros sobre a intenção de realizar uma expedição ao longo do Rio Caratinga, atividade que já vem sendo pensada há cerca de dois anos. Segundo ela, houve recentemente uma reunião de alinhamento junto ao IBIO e o objetivo é realizar a atividade ainda no ano de 2019. A proposta é fazer uma expedição de caráter científico, com ênfase nas discussões sobre a qualidade da água, contando, para tal, com o apoio e a participação ativa das universidades, especialmente da FUNEC. Além disso, para viabilizar a realização da expedição será necessária articulação junto a entidades parceiras, tanto na esfera pública quanto na privada. Diante da complexidade da organização de um evento de tamanha magnitude, a presidente do comitê sugeriu que seja constituído um grupo de trabalho, que ficará responsável pela coordenação das atividades. Após as discussões entre os conselheiros o grupo foi criado, sendo composto pelos seguintes conselheiros: Nádia Rocha, Ronevon Huebra, Anderson Siqueira e Jane Glaide. Ainda sobre o tema, o Sr. Ronevon Huebra destacou a importância de que a expedição tenha objetivos claros, com viés científico, ou seja, que a ação gere um produto concreto, com produção de dados. Já o Sr. João Alves relatou que o comitê já realizou uma expedição e reforçou a importância de buscar informações junto àqueles que participaram da atividade no passado para subsidiar a realização neste ano. Por fim, a presidente do comitê destacou que irá agendar a reunião da comissão e se comprometeu a manter os conselheiros informados, utilizando o grupo de whatsapp como ferramenta para a divulgação de informações sobre o tema. Finalizadas as tratativas sobre a expedição, foi iniciada a discussão sobre a Modelagem Institucional Ótima para o Sistema de Recursos Hídricos em Minas Gerais apresentada na Reunião do Fórum Mineiro dos CBHs. Inicialmente, a Sra. Nádia Rocha informou que foram enviados, junto à convocatória, documentos complementares sobre a matéria e, em seguida, fez uma breve explanação, a fim de explicar aos conselheiros do que se trata a proposta apresentada pelo IGAM. Ela relatou que a remodelagem em questão segue as diretrizes do Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH-MG), que apresenta uma nova divisão

Ata aprovada em reunião do CBH-Caratinga, realizada no dia 03/12/2019.

para o território de Minas Gerais. Segundo ela, não há uma menção específica aos comitês, no entanto, há o entendimento de que a aprovação da remodelagem implicará na redução do número de CBHs, pois promoverá uma reconfiguração do mapa do estado, o qual determina a configuração dos comitês. Além disso, representantes da FIEMG e FAEMG apresentaram sugestões propondo a fusão de Comitês, sendo que no Doce o número de comitês pode cair de seis para dois, ou, até mesmo, existe a possibilidade de apenas um CBH abrangendo todo o território da bacia. Segundo a presidente do CBH-Caratinga, após a apresentação foi combinado que o assunto seria levado à discussão no âmbito dos comitês, previamente a qualquer outra tramitação, porém a matéria foi encaminhada diretamente à CTPLAN do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH-MG), violando o acordo inicial. Diante dessa conjuntura, houve articulação para paralisar a tramitação no CERH, impedindo a votação em plenário, mediante pedido de vista na reunião da CTPLAN. Agora, o assunto está em discussão no colegiado coordenador do FMCBHs, sendo que o coordenador esteve reunido com a diretora geral do IGAM para manifestar a indignação dos conselheiros dos CBHs com a condução da matéria no âmbito das esferas estaduais, razão pela qual o Fórum produziu um manifesto enumerando as questões que precisam ser consideradas antes de submeter a proposta ao plenário do CERH. Ainda sobre o tema, a Sra. Nádia destacou o receio com o prejuízo à identidade e, sobretudo, à representatividade local, caso seja concretizada a fusão de CBHs. Além disso, mencionou que a sugestão contempla a uniformização de regiões com características muito distintas, priorizando questões puramente econômicas. Por fim, reforçou a importância de que os comitês se posicionem oficialmente sobre o tema, endossando o manifesto apresentado pelo FMCBHs. Em relação ao assunto, o Sr. João Alves, do Instituto Pró Rio Doce, relatou que, no seu entendimento, a remodelagem tem como objetivo atender aos interesses das grandes indústrias, não se atendo à sociedade civil e à agricultura familiar, por exemplo, razão pela qual os comitês precisam se manifestar de forma contundente e rápida. Prosseguindo, o Sr. Ronevon Huebra, da COPASA, relatou que a proposta fere os preceitos das Políticas Nacional e Estadual de Recursos Hídricos, que preveem a gestão participativa e descentralizada das águas. Em sua fala, o conselheiro também destacou os avanços já alcançados pelo CBH-Caratinga, citando como exemplo a elaboração dos planos municipais de saneamento básicos e os investimentos voltados para a recuperação de nascentes. Ainda sobre o tema, a Sra. Jane Glaide, da Prefeitura de São Sebastião do Anta, relatou que em reunião realizada no IGAM ela ouviu muitas críticas ao trabalho dos comitês, sobretudo no que se refere ao gasto excessivo com atividades meio, em comparação ao baixo desembolso em ações de investimento. Ato contínuo, o Sr. Wylliam Melo, do IGAM, afirmou que entende a importância de ouvir os comitês, reafirmando que ainda não existe algo definido, pois o processo ainda está em discussão. Além disso, o representante do IGAM destacou que a proposta não objetiva atender os interesses da FIEMG, sendo baseada nas diretrizes do PERH. Finalizadas as discussões sobre o assunto, foi definido que o CBH-Caratinga, visando o benefício da identidade regional e territorial, elaborará um ofício em apoio ao manifesto do Fórum Mineiro de Comitês de Bacias Hidrográficas no que se refere à

Ata aprovada em reunião do CBH-Caratinga, realizada no dia 03/12/2019.

proposta de modelagem institucional. Dando prosseguimento, foram iniciados os debates acerca da deliberação para apoio à execução do Projeto PRO-URGAS no Leste de Minas Gerais, aprovada *ad referendum*. Para falar sobre o tema foi chamada a analista do IBIO, Juliana Vilela. Inicialmente, ela informou que os documentos sobre o tema foram enviados a todos os conselheiros junto com a convocatória e fez uma explanação sucinta sobre o projeto. Em sua fala, a analista destacou o passivo de outorgas acumulado no estado de Minas Gerais, cujo montante de processos com análise pendente ultrapassa 1800 outorgas. Diante desse cenário, buscando uma alternativa para sanar a questão, o MPMG propôs, em articulação com a SEMAD, o IGAM, o IBIO e os CBHs da porção mineira da Bacia do Rio Doce, o Projeto PRO-URGAS, que consiste em estruturar a unidade regional (URGA LM) situada em Governador Valadares-MG e fornecer suporte de estagiários, a fim de dar celeridade às análises em atraso. Essa unidade não abrange toda a bacia, porém a proposta é contemplar todas as outorgas vinculadas ao Doce, mesmo que, atualmente, estejam sob outra jurisdição, a fim de beneficiar a totalidade do território. Nesse sentido, o IBIO se colocou à disposição para ajudar na estruturação física, cedendo ao IGAM o mobiliário que não está mais em uso, considerando o encerramento das atividades da sede do Rio de Janeiro. A outra contrapartida será o fornecimento de estagiários, custeados com recursos de investimento (92,5%) da cobrança pelo uso da água, alocados no Programa de Cadastramento de Usuários (P 61.1), no valor máximo de R\$ 86 mil, para um período de 02 (dois) anos. Essa despesa será rateada, conforme metodologia definida em plano de trabalho, entre os 06 (seis) comitês mineiros pertencentes à Bacia do Rio Doce e terá como finalidade custear as despesas referentes a 06 (seis) estagiários – 04 da área de engenharia e 02 da área de direito - que irão trabalhar na sede da URGA, dando suporte à equipe de profissionais do Estado. Para que o processo prossiga, no entanto, considerando que estão envolvidos recursos dos CBHs, é necessária a anuência de todos os comitês, sem a qual o termo assinado perde a validade. Após as explicações a deliberação normativa foi apresentada, sendo referendada de forma unânime pelos conselheiros presentes à reunião. Prosseguindo, foi passada à apresentação e deliberação do orçamento de custeio do IBIO (7,5%) para o exercício de 2019, referente aos recursos IGAM. Para a apresentação, foi chamada a coordenadora administrativa financeira do IBIO, Luana Freitas. Iniciando a apresentação, ela explicou que a aprovação do orçamento da parcela de custeio estadual nos CBHs é uma exigência prevista no Contrato de Gestão firmado entre o IBIO e o IGAM. Em sua fala, ela apresentou os valores disponíveis e a alocação prevista para os mesmos, ressaltando que a realidade orçamentária precisou ser adequada ao recurso arrecadado com a cobrança pelo uso da água, considerando a interrupção do repasse de recursos adicionais, que era feito anualmente pela ANA, a fim de auxiliar o funcionamento e a estruturação da agência. Ela ressaltou que os valores a serem aprovados referem-se, exclusivamente, à parcela dos recursos arrecadados com a cobrança estadual (MG), que correspondem a aproximadamente 65% da arrecadação total. O restante do recurso disponível refere-se à cobrança em âmbito federal. Ela informou, ainda, que os valores cujo repasse está condicionado à aprovação do orçamento correspondem às seguintes parcelas:

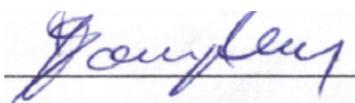
Ata aprovada em reunião do CBH-Caratinga, realizada no dia 03/12/2019.

4º trimestre de 2018; 1º, 2º e 3º trimestres de 2019. Além disso, explicou que não está incluída a parcela de 92,5%, cujo repasse não está vinculado à aprovação no âmbito dos CBHs. No que se refere ao CBH-Caratinga, ela informou que o comitê arrecada cerca de R\$ 800 mil/ano, sendo que, deste valor cerca de 60 mil são destinados ao custeio da entidade. Após a apresentação, o Sr. Ronevon Huebra perguntou se existe perspectiva para a contratação de novos funcionários para melhorar a capacidade operacional da entidade. A Sra. Luana explicou que, no momento, não existe previsão para novas admissões, tanto em função das limitações financeiras e da instabilidade dos repasses quanto devido às questões das prestações de conta estaduais, que acumulam há anos passivos sem previsão de retorno quanto à aprovação ou desaprovação. Ela informou, ainda, que existe no site do comitê um Portal da Transparência com informações financeiras acerca das despesas dos comitês. Finalizada a apresentação, o orçamento foi colocado em votação, sendo aprovado de forma unânime pelos conselheiros presentes. Ato contínuo, a presidente do CBH-Caratinga explicou aos conselheiros acerca do direito de requerer custeio de diária e transporte para participar das reuniões e demais atividades nas quais representam o CBH. Na sequência, iniciando os assuntos gerais, a Sra. Nádia destacou que está tentando ampliar a representatividade do comitê no FMCBHs, considerando que, atualmente, em função de acordo feito juntos ao IBIO e os comitês do Doce, cada CBH pode custear a participação de apenas um representante nas reuniões do fórum. Segundo ela, o objetivo é ampliar a participação para 02 (dois) conselheiros a fim de não centralizar a representação na figura do presidente. Em seguida, ela fez um breve informe sobre o Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas, o ENCOB, que será realizado no mês de outubro, na cidade de Foz do Iguaçu/PR. Ela explicou sobre a DN que estabelece as regras para definir quais os representantes irão ao ENCOB e destacou que a decisão sobre os indicados do CBH-Caratinga para ir ao evento se dará na próxima plenária. Por fim, o Sr. Ronevon Huebra falou brevemente sobre as obras para ampliação da estação de tratamento de esgoto de Caratinga. Após a fala, considerando que assuntou gerou dúvidas, ficou acertado que a COPASA será convidada para fazer uma apresentação mais detalhada ao comitê sobre o tema, bem como, na oportunidade, também fará uma explanação sobre o andamento do PRO-Mananciais. Ao final, ficou decidido que a próxima reunião plenária do comitê será realizada em São Sebastião do Anta.



NÁDIA DE OLIVEIRA ROCHA

Presidente do CBH-Caratinga



TIAGO SOUZA ALVES

Secretário do CBH-Caratinga